

Banco Triângulo S.A.

**Demonstrações financeiras
Consolidadas Conglomerado
Prudencial
30 de junho de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais consolidados	7
Demonstrações do resultado consolidados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidados	10
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Banco Triângulo S.A.
Uberlândia - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Triângulo S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal



de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Triângulo S.A. para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Triângulo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 21 de agosto de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria



sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

BANCO TRIÂNGULO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	2018	2017
Circulante	2.001.304	1.727.772
Disponibilidades (nota 4)	499	430
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	629.865	429.187
Aplicações no mercado aberto (nota 4)	572.545	355.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	57.320	73.189
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	41.057	88.311
Carteira própria	15.423	75.064
Vinculados a prestação de garantias	25.634	13.247
Relações interfinanceiras	36.690	77.383
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.047	7.133
Créditos vinculados - depósitos no Bacen	14.981	62.109
Correspondentes	17.662	8.141
Operações de crédito	853.823	804.849
Operações de crédito (nota 7)	971.741	912.004
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(117.918)	(107.155)
Outros créditos (nota 9)	381.619	284.334
Negociação e Intermediação de Valores	1	-
Diversos	386.422	288.553
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(4.804)	(4.219)
Outros valores e bens (nota 10)	57.751	43.278
Bens não de uso próprio	62.166	45.002
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(7.828)	(3.606)
Despesas antecipadas	3.413	1.882
Não circulante	522.984	395.808
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (nota 6)	62.704	1.034
Carteira própria	55.788	1.034
Vinculados a prestação de garantias	6.916	-
Operações de crédito	368.956	306.657
Operações de crédito (nota 7)	386.447	320.859
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7 e 8)	(17.491)	(14.202)
Outros créditos (nota 9)	91.324	88.117
Diversos	91.468	88.536
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas 7, 8 e 9)	(144)	(419)
Permanente	134.995	98.836
Investimentos	49.573	42.569
Participações em controladas - no País (nota 11)	49.332	42.329
Outros investimentos	241	240
Imobilizado de uso (nota 12)	15.666	16.413
Imóveis de uso	5.539	5.539
Outras imobilizações de uso	35.611	31.460
Depreciações acumuladas	(25.484)	(20.586)
Ativos intangíveis (nota 13)	69.756	39.854
Outros ativos intangíveis	114.232	78.814
Amortizações acumuladas	(44.476)	(38.960)
Total do ativo	2.659.283	2.222.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

Passivo	2018	2017
Circulante	1.159.275	874.269
Depósitos (nota 14 a)	447.630	328.234
Depósitos à vista	219.446	172.399
Depósitos a prazo	197.747	135.465
Outros Depósitos	30.437	20.370
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	280.760	181.171
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	115.145	109.907
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	165.615	71.264
Relações interfinanceiras	32.146	33.397
Recebimentos e pagamentos a liquidar	32.077	33.360
Correspondentes no país	69	37
Relações interdependências	7.181	8.728
Recursos em trânsito de terceiros	7.181	8.728
Obrigações por empréstimos	1	-
Empréstimos no país	1	-
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais (nota 14 c)	59.970	68.437
BNDES	52.630	50.541
FINAME	7.340	17.896
Outras obrigações (nota 15)	331.587	254.302
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.269	1.158
Sociais e estatutárias (nota 15 a)	6.661	7.847
Fiscais e previdenciárias (nota 15 b)	22.360	24.256
Negociação e Intermediação de Valores	74	-
Diversas (nota 15 c)	301.223	221.041
Não Circulante	1.056.501	884.223
Exigível a longo prazo		
Depósitos (nota 14 a)	675.003	579.323
Depósitos interfinanceiros	88.790	42.200
Depósitos a prazo	586.213	537.123
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota 14 b)	249.503	173.422
Obrigações por emissão de Letras de Créditos Imobiliários	-	20.408
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	249.503	153.014
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais (nota 14 c)	82.694	63.642
BNDES	71.580	54.619
FINAME	11.114	9.023
Outras obrigações (nota 15)	49.301	67.836
Sociais e estatutárias (nota 15 a)	3.184	1.692
Fiscais e previdenciárias (nota 15 b)	20.549	-
Diversas (nota 15 c)	25.568	66.144
Resultados de exercícios Futuros	1.604	56
Resultado de Exercícios Futuros	1.604	56
Patrimônio líquido (nota 18)	441.903	463.868
Capital social	285.293	285.293
De domiciliados no País	285.293	250.200
De domiciliados no Exterior	-	35.093
Reservas de capital	3.590	3.590
Reservas de lucros	141.929	153.885
Ajustes de avaliação patrimonial	2.352	(2)
Lucros Acumulados	8.739	21.102
Total do passivo	2.659.283	2.222.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas da intermediação financeira	248.681	264.860
Operações de crédito (nota 20)	227.676	233.535
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (nota 21)	21.005	30.565
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 6 d)	-	760
Despesas da intermediação financeira	(134.432)	(138.656)
Operações de captações no mercado (nota 22)	(44.004)	(63.561)
Operações de empréstimos e repasses	(5.591)	(6.799)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8)	(84.837)	(68.296)
Resultado bruto da intermediação financeira	114.249	126.204
Outras receitas (despesas) operacionais	(74.960)	(61.065)
Receitas de prestação de serviços (nota 23)	43.435	39.542
Rendas de tarifas bancárias (nota 24)	54.314	47.304
Despesas de pessoal (nota 25)	(79.191)	(68.883)
Outras despesas administrativas (nota 26)	(89.401)	(73.955)
Despesas tributárias (nota 27)	(18.354)	(17.332)
Resultado de participações em controladas (nota 11)	3.447	2.095
Outras receitas operacionais (nota 28 a)	19.385	17.875
Outras despesas operacionais (nota 28 b)	(8.595)	(7.711)
Resultado operacional	39.289	65.139
Resultado não operacional	508	(732)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	39.797	64.407
Imposto de renda e contribuição social (nota 17)	(5.908)	(16.519)
Provisão para imposto de renda	(4.045)	(8.016)
Provisão para contribuição social	(2.563)	(5.863)
Ativo fiscal diferido	700	(2.640)
Participações estatutárias no lucro	(8.764)	(9.150)
Lucro líquido do semestre	25.125	38.738
Lucro líquido por ação - R\$	0.111797	0.153394
Juros sobre capital próprio	15.130	15.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social de Capital	Reservas	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	285.293	3.590	34.806	150.878	(6)	-	(33.736)	440.825
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	4	-	-	4
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(33.736)	-	-	33.736	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.738	-	38.738
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.937	-	-	(1.937)	-	-
Juros sobre Capital Próprio - RS 0,0621649 por ação	-	-	-	-	-	(15.699)	-	(15.699)
Saldos em 30 de junho de 2017	285.293	3.590	36.743	117.142	(2)	21.102	-	463.868
Saldos em 31 de dezembro de 2017	285.293	3.590	38.470	155.339	-	-	-	482.692
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	2.356	-	-	2.356
Recompra de ações	-	-	-	(53.136)	-	-	-	(53.136)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	25.125	-	25.125
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.256	-	-	(1.256)	-	-
Juros sobre Capital Próprio - RS 0,0673229 por ação	-	-	-	-	-	(15.130)	-	(15.130)
Saldos em 30 de junho de 2018	285.293	3.590	39.726	102.203	2.352	8.739	-	441.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO TRIÂNGULO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Lucro do semestre antes do IR e CSLL	31.033	55.257
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	5.398	4.372
Perda com obsolescência de ativo imobilizado	-	3
Constituição / Reversão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(905)	2.815
Constituição / Reversão para bens não de uso próprio	186	785
Resultado de participação em controladas	(3.447)	(2.095)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	84.837	68.296
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro	117.102	129.433
Variação de ativos e passivos:		
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	20.369	(7.519)
Redução em relações interfinanceiras (Ativo/Passivo)	60.109	1.048
(Aumento) Redução em operações de crédito	(22.020)	26.963
(Aumento) em outros créditos	(40.358)	(4.332)
(Aumento) em outros valores e bens	(17.671)	(10.845)
Redução em outros valores e bens	3.467	437
Aumento (Redução) em depósitos	84.192	(18.026)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	133.964	(74.544)
Redução em relações interdependências	(870)	(3.462)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(9.573)	(9.739)
Aumento (Redução) em outras obrigações	13.964	(13.401)
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(197)	(226)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.936)	(11.598)
	216.440	(125.244)
Caixa líquido proveniente (usado nas) das atividades operacionais	333.542	4.189
Fluxos de caixas das atividades de investimento:		
Baixa intangível	4	-
Baixa imobilizado de uso	-	109
Aquisição de imobilizado de uso	(2.374)	(2.096)
Aplicações no intangível	(24.779)	(5.680)
Aplicações em investimentos	99	-
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e Instrumentos Financeiros Derivativos	(100.040)	(10.195)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos	67.486	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(59.604)	(17.862)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Recompra de ações	(53.136)	-
Juros sobre o capital próprio	(15.130)	(15.699)
Aplicações em investimentos não controladores	1	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	(68.265)	(15.699)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	205.673	(29.372)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	367.370	388.819
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	573.043	359.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Triângulo S.A. (“Banco”), com sede na cidade de Uberlândia - MG, à Avenida Cesário Alvim, 2209 é uma sociedade privada que opera na forma de banco múltiplo através de suas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que operam sob o mesmo controle (Grupo Martins).

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3.701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Triângulo S.A. em 21 de agosto de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Banco Triângulo S/A foram consolidadas com base nas demonstrações contábeis primárias das entidades, localizadas no País, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, correspondentes à mesma data-base, eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas.

As informações consolidadas apresentadas abrangem as demonstrações financeiras do Banco e das controlada Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda e Tripag Meios de Pagamentos Ltda cuja participação é de 100,00%, na mesmas.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento conceitual básico (R1). Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem

e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados, basicamente, por disponibilidades e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado do semestre.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste ao valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do semestre mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, em contrapartida ao resultado do semestre. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de hedge de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº. 2.682/99.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação, exceto nos casos em que há a inclusão de um bem imóvel, possibilitando assim, um *upgrade* de nível de *rating*. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

g. Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ajustados pelo valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos quando aplicável, da respectiva provisão para perdas.

i. Imobilizado

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de impostos sobre a compra e os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil econômica do ativo, ou seja, o período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros.

j. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência das licenças de uso que correspondem a sua vida útil.

k. Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

m. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pela Carta Circular nº 3.429/10, sendo os principais critérios os seguintes:

- (i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- (ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n. Provisão para garantias financeiras prestadas

Constituída com base no modelo de perda esperada, em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. A partir de 1º de janeiro de 2017, passou a ser reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/16, do CMN.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%.

Ressalta-se que sobre os ativos e passivos temporários previstos para serem realizados a partir de 2019 - conforme estabelecido na Lei nº 13.169/2015 - os créditos tributários referentes a Contribuição Social foram constituídos à alíquota de 15% (quinze pontos percentuais). A partir de setembro a alíquota utilizada foi de 20% do lucro antes do imposto de renda.

São constituídos créditos tributários, às taxas vigentes à época dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes tributos.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31.12.2018), conforme Lei n.º 13.169/15.

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos

semestralmente. Entretanto, os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

q. Benefícios a empregados

- (i) Benefícios de curto prazo a empregados
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
- (ii) Planos de contribuição definida
 As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.
- (iii) Planos de benefício definido
 A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	498	430
Aplicações em operações compromissadas	572.545	355.998
Depósitos interfinanceiros até 90 dias	-	3.019
Total	<u>573.043</u>	<u>359.447</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações compromissadas - Posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	565.045	355.998
Notas do Tesouro Nacional	7.500	-
Depósitos interfinanceiros - CDI	<u>57.320</u>	<u>73.189</u>
Total - Circulante	<u>629.865</u>	<u>429.187</u>

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

- a. A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2018 e 2017, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	2018	2017
Carteira própria - LFT	71.211	76.098
Vinculados à prestação de garantias - LFT	32.550	13.247
Total	103.761	89.345
Circulante	41.057	88.311
Não circulante	62.704	1.034

Nas datas-bases acima indicadas, as carteiras de títulos e valores mobiliários estavam classificadas como disponível para venda.

Nos períodos acima não houve reclassificação de títulos entre as categorias.

- b. Em 30 de junho de 2018 e 2017, os títulos, demonstrados pelos seus valores de custo e contábil, têm a seguinte composição:

	2018		2017	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda:				
Carteira própria - LFT	71.214	71.210	76.102	76.098
Vinculados à prestação de Garantias - LFT	32.553	32.551	13.247	13.247
Total	103.767	103.761	89.349	89.345

Os valores de mercado dos títulos públicos foram apurados com base no preço médio divulgado pela ANBIMA e estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

- c. Em 30 de junho de 2018 e 2017, a composição dos vencimentos da carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	<u>2018</u>			<u>2017</u>			
	<u>6 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 4 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>6 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 4 anos</u>	<u>Total</u>
Títulos disponíveis para a venda:							
LFT	41.057	62.704	103.761	23.193	65.118	1.034	89.345
Total	<u>41.057</u>	<u>62.704</u>	<u>103.761</u>	<u>23.193</u>	<u>65.118</u>	<u>1.034</u>	<u>89.345</u>

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, realizadas junto a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que se destinam a atender as necessidades próprias, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis. A administração desses riscos é efetuada com base em políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Esses instrumentos financeiros incluem derivativos que geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores.

Hedge de Fluxo de Caixa

O objetivo deste hedge, iniciado em 29 de março de 2018, é proteger riscos inerentes a seu patrimônio previstos pela identificação de exposição de sua carteira passiva relacionados a indexador de suas operações.

Os montantes registrados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018 estão assim compostos:

Estratégia	<u>Instrumentos de Hedge</u>		<u>Objeto de Hedge</u>	<u>Vencimentos Instrumentos de Hedge</u>		
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Ajuste de Mercado (i)</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>
Hedge de Captações (ii)	428.591	4.283	455.933	276.547	53.631	98.413
Total	<u>428.591</u>	<u>4.283</u>	<u>455.933</u>	<u>276.547</u>	<u>53.631</u>	<u>98.413</u>

- (i) Registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- (ii) Os itens objeto de hedge são compostos por Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interbancários, Letras de Créditos Imobiliários e Letras Financeiras.

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos - DI Futuro, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 760.

7 Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão assim apresentadas:

a. Composição da carteira por modalidade de operação

	2018	2017
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	801.588	727.903
Cartões de crédito	202.492	166.695
Comprar	79.204	96.495
Títulos descontados	82.251	95.151
FINAME / BNDES	142.818	133.844
Adiantamentos a depositantes	1.789	1.144
Financiamentos à exportação	18.951	8.856
Demais direitos creditórios	27.565	2.053
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.530	692
Outros empréstimos	-	30
Subtotal - operações de crédito	1.358.188	1.232.863

Cartões de crédito - Compras a faturar (i)	330.550	235.669
Outros créditos (i)	1.971	1.164
Total	1.690.709	1.469.696

Operações de crédito - circulante	971.741	912.004
Outros créditos - circulante (conforme nota 9)	331.733	236.293
Operações de crédito - não circulante	386.447	320.859
Outros créditos - não circulante (conforme nota 9)	788	540

- (i) Demonstrado como componente da carteira de crédito para fins de publicação. Consta registrado na rubrica de outros créditos. Para maiores detalhes, vide nota 9.

b. Composição da carteira por vencimento

	2018	2017
Parcelas vencidas:		
Até 14 dias	14.741	14.183
Entre 15 e 30 dias	15.994	13.103
Entre 31 e 60 dias	18.668	16.069
Acima de 60 dias	128.097	110.287
	177.500	153.642

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

Parcelas a vencer:		
Até 30 dias	415.663	362.976
Entre 31 e 60 dias	163.982	164.511
Entre 61 e 90 dias	106.844	72.521
Entre 91 e 180 dias	190.962	163.042
Entre 181 e 360 dias	248.524	231.604
Acima de 360 dias	<u>387.234</u>	<u>321.400</u>
	<u>1.513.209</u>	<u>1.316.054</u>
Total	<u>1.690.709</u>	<u>1.469.696</u>

c. Composição da carteira por setor de atividade

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comércio	1.129.780	923.944
Pessoa Física	446.614	402.364
Papel e Celulose	22.165	21.588
Serviços Privados	20.192	40.470
Químico e petroquímico	17.523	14.181
Alimentos e Bebida	13.206	29.809
Eletroeletrônicos	5.834	7.346
Automotivo	3.578	3.659
Construção e imobiliário	3.324	900
Agropecuário	2.486	-
Transportes	1.793	2.541
Financeiro	1.060	-
Siderurgia e Metalurgia	672	2.543
Madeira e móveis	-	378
Máquinas e equipamentos	-	238
Outros	<u>22.482</u>	<u>19.735</u>
Total	<u>1.690.709</u>	<u>1.469.696</u>

d. Composição da carteira por nível de risco

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, a composição da carteira por nível de risco está representada por:

Total geral da carteira - 2018							
<u>Nível</u>	<u>Faixa de provisão - %</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Curso anormal (i)</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão - Resolução nº 2.682/99</u>	<u>Provisão complementar (ii)</u>	<u>Provisão total</u>
AA	De 0,00 a 0,49	58.751	-	58.751	-	103	103
A	De 0,50 a 0,99	1.188.115	-	1.188.115	5.940	448	6.388
B	De 1,00 a 2,99	101.170	14.082	115.252	1.152	451	1.603
C	De 3,00 a 9,99	127.436	15.927	143.363	4.301	1.915	6.216
D	De 10,00 a 29,99	11.912	16.662	28.574	2.857	7	2.864
E	De 30,00 a 49,99	7.499	13.477	20.976	6.293	-	6.293
F	De 50,00 a 69,99	3.581	17.116	20.697	10.349	-	10.349
G	De 70,00 a 99,99	12.064	17.081	29.145	20.401	-	20.401
H	100,00	<u>17.422</u>	<u>68.414</u>	<u>85.836</u>	<u>85.836</u>	<u>-</u>	<u>85.836</u>
Total		<u>1.527.950</u>	<u>162.759</u>	<u>1.690.709</u>	<u>137.129</u>	<u>2.924</u>	<u>140.053</u>

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

Total geral da carteira - 2017

<u>Nível</u>	<u>Faixa de provisão - %</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Curso anormal (i)</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão - Resolução n° 2.682/99</u>	<u>Provisão complementar (ii)</u>	<u>Provisão total</u>
AA	De 0,00 a 0,49	44.859	-	44.859	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99	1.048.590	118	1.048.708	5.244	5.569	10.813
B	De 1,00 a 2,99	90.217	10.986	101.203	1.013	291	1.304
C	De 3,00 a 9,99	101.575	13.782	115.357	3.460	741	4.201
D	De 10,00 a 29,99	12.441	14.441	26.882	2.688	-	2.688
E	De 30,00 a 49,99	4.463	11.895	16.358	4.909	-	4.909
F	De 50,00 a 69,99	4.766	12.220	16.986	8.493	-	8.493
G	De 70,00 a 99,99	7.874	12.911	20.785	14.549	-	14.549
H	100,00	15.452	63.106	78.558	78.558	-	78.558
Total		1.330.237	139.459	1.469.696	118.914	6.601	125.515

Carteira de Cartões de Crédito - 2018

<u>Nível</u>	<u>Faixa de provisão - %</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Curso anormal (i)</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão - Resolução n° 2.682/99</u>	<u>Provisão complementar (ii)</u>	<u>Provisão total</u>
AA	De 0,00 a 0,49	1.300	-	1.300	-	7	7
A	De 0,50 a 0,99	357.454	-	357.454	1.787	33	1.820
B	De 1,00 a 2,99	17.533	13.673	31.206	312	47	359
C	De 3,00 a 9,99	9.692	14.994	24.686	741	108	849
D	De 10,00 a 29,99	880	15.167	16.047	1.605	1	1.606
E	De 30,00 a 49,99	264	12.736	13.000	3.900	-	3.900
F	De 50,00 a 69,99	249	14.459	14.708	7.354	-	7.354
G	De 70,00 a 99,99	157	13.969	14.126	9.888	-	9.888
H	100,00	2.254	58.261	60.515	60.515	-	60.515
Total		389.783	143.259	533.042	86.102	196	86.298

Carteira de Cartões de Crédito - 2017

<u>Nível</u>	<u>Faixa de provisão - %</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Curso anormal (i)</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão - Resolução n° 2.682/99</u>	<u>Provisão complementar (ii)</u>	<u>Provisão total</u>
A	De 0,50 a 0,99	267.733	-	267.733	1.339	2.539	3.878
B	De 1,00 a 2,99	10.866	10.350	21.216	212	15	227
C	De 3,00 a 9,99	3.364	12.318	15.682	470	19	489
D	De 10,00 a 29,99	773	13.249	14.022	1.402	-	1.402
E	De 30,00 a 49,99	277	10.624	10.901	3.271	-	3.271
F	De 50,00 a 69,99	261	11.296	11.557	5.778	-	5.778
G	De 70,00 a 99,99	227	10.937	11.164	7.815	-	7.815
H	100,00	2.242	47.847	50.089	50.089	-	50.089
Total		285.743	116.621	402.364	70.376	2.573	72.949

Demais Operações - 2018

<u>Nível</u>	<u>Faixa de provisão - %</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Curso anormal (i)</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão - Resolução n° 2.682/99</u>	<u>Provisão complementar (ii)</u>	<u>Provisão total</u>
AA	De 0,00 a 0,49	57.451	-	57.451	-	96	96
A	De 0,50 a 0,99	830.661	-	830.661	4.153	415	4.568
B	De 1,00 a 2,99	83.637	409	84.046	840	404	1.244
C	De 3,00 a 9,99	117.744	933	118.677	3.560	1.807	5.367
D	De 10,00 a 29,99	11.032	1.495	12.527	1.252	6	1.258
E	De 30,00 a 49,99	7.235	741	7.976	2.393	-	2.393
F	De 50,00 a 69,99	3.332	2.657	5.989	2.995	-	2.995
G	De 70,00 a 99,99	11.907	3.112	15.019	10.513	-	10.513
H	100,00	15.168	10.153	25.321	25.321	-	25.321
Total		1.138.167	19.500	1.157.667	51.027	2.728	53.755

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

Demais Operações - 2017

Nível	Faixa de provisão - %	Curso normal	Curso anormal (i)	Carteira	Provisão - Resolução nº 2.682/99	Provisão complementar (ii)	Provisão total
AA	De 0,00 a 0,49	44.859	-	44.859	-	-	-
A	De 0,50 a 0,99 Ø35	780.857	118	780.975	3.905	3.030	-
B	De 1,00 a 2,99	79.351	636	79.987	801	276	1.077
C	De 3,00 a 9,99	98.211	1.464	99.675	2.990	722	3.712
D	De 10,00 a 29,99	11.668	1.192	12.860	1.286	-	1.286
E	De 30,00 a 49,99	4.186	1.271	5.457	1.638	-	1.638
F	De 50,00 a 69,99	4.505	924	5.429	2.715	-	2.715
G	De 70,00 a 99,99	7.647	1.974	9.621	6.734	-	6.734
H	100,00	13.210	15.259	28.469	28.469	-	28.469
Total		<u>1.044.494</u>	<u>22.838</u>	<u>1.067.332</u>	<u>48.538</u>	<u>4.028</u>	<u>52.566</u>

- (i) A classificação das operações em curso anormal não contempla o total das parcelas vencidas até 14 dias dos contratos.
- (ii) Refere-se à provisão adicional, ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, para refletir o percentual obtido pelo critério de provisionamento para devedores de operações de crédito.

Esse critério é baseado em sistema de crédito, que leva em consideração o *score* da operação, estruturado mediante avaliação da carteira de crédito, aliada a estudo de diversas variáveis e levantamento de probabilidades, em conformidade às normas previstas na referida Resolução, de acordo com as faixas de provisão mencionadas.

e. Concentração dos principais devedores de operações de crédito

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Principal devedor	23.337	21.517
10 maiores devedores	104.845	103.033
20 maiores devedores	109.648	127.832
50 maiores devedores	162.989	152.843
100 maiores devedores	166.985	133.385
500 maiores devedores	259.253	181.725
Demais clientes	<u>863.652</u>	<u>749.361</u>
Total	<u>1.690.709</u>	<u>1.469.696</u>

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações de crédito e outros créditos:		
Saldos no início do semestre	129.899	119.899
Constituição de provisão	<u>84.837</u>	<u>68.296</u>
Efeito no resultado	<u>84.837</u>	<u>68.296</u>
Baixa de créditos para prejuízo	<u>(74.683)</u>	<u>(62.680)</u>
Saldos no final do semestre	<u>140.053</u>	<u>125.515</u>

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

Circulante - Operações de crédito	117.918	107.155
Circulante - Outros créditos	4.500	3.739
Não circulante - Operações de crédito	17.491	14.202
Não circulante - Outros créditos	144	419

No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve recuperação de créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 8.461 (R\$ 8.115 em 2017).

No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve operações renegociadas no montante de R\$24.934.

b. Composição da provisão para devedores duvidosos por produto

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Capital de giro, cheque especial e conta garantida	49.028	46.058
Cartões de crédito	82.200	69.566
Comprar	1.964	3.841
Títulos descontados	865	592
FINAME / BNDES	982	1.054
Adiantamentos a depositantes	238	188
Financiamentos à exportação	95	44
Demais direitos creditórios	29	10
Financiamentos rurais e agroindustriais	8	4
Cartões de crédito - Compras a faturar	4.105	3.386
Outros créditos	<u>539</u>	<u>772</u>
Total	<u>140.053</u>	<u>125.515</u>

9 Outros créditos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cartões de crédito (a)	330.550	235.669
Créditos tributários (nota 17 a)	79.212	76.265
Devedores diversos - País (b)	31.552	28.811
Devedores por compra de bens e aquisições de crédito (d)	1.971	1.164
Devedores por depósitos em garantia (c)	14.992	14.337
Impostos e contribuições a compensar	14.139	15.932
Adiantamentos salariais	3.040	2.838
Adiantamentos de pagamentos por nossa conta	816	1.098
Valores a receber sociedades ligadas	319	129
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão	1.301	846
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sem característica de concessão de crédito	(305)	(480)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito	<u>(4.644)</u>	<u>(4.158)</u>
Total	<u>472.943</u>	<u>372.451</u>
Circulante	381.619	284.334
Não circulante	91.324	88.117

- (a) Referem-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota 7 a).
- (b) Referem-se, substancialmente, a créditos junto a bancos correspondentes e lojistas recebíveis em D+1.
- (c) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS, no montante de R\$ 6.593(R\$6.382 em 2017), depósitos de Interposição de Recursos Trabalhistas no montante de R\$ 3.940 (R\$ 4.572 em 2017), e outros depósitos referentes à FGTS, INSS e a caução processual cível no montante de R\$ 3.516 (R\$ 2.389 em 2017).
- (d) Referem-se, a operações de vendas a prazo de bens não de uso retomados junto a clientes inadimplentes. (Demonstrado como componente da carteira de crédito, conforme nota explicativa nº 7 a).

10 Outros valores e bens

a. Bens Não de Uso Próprio

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imóveis	53.319	35.650
Veículos	34	46
Bens em regime especial	8.813	9.306
Provisão para desvalorização	<u>(7.828)</u>	<u>(3.606)</u>
Total	<u>54.338</u>	<u>41.396</u>

b. Despesas antecipadas

Referem-se basicamente a despesas de seguros e despesas financeiras pagas antecipadamente e amortizadas linearmente em função dos períodos contratuais no montante de R\$ 3.413 (R\$ 1.882 em 2017).

11 Participações em controladas - no país

Referem-se às participações das controladas Triângulo Participações e Serviços Ltda - TPS e Tribanco Corretora de Seguros S.A.

As principais informações sobre as controladas estão sumarizadas, como segue:

	Triângulo Participações e Serviços Ltda.		Tribanco Corretora de Seguros S.A.		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Dados da controlada						
Capital social	15.000	15.000	3.000	3.000		
Patrimônio líquido	26.508	24.324	22.824	18.005		
Lucro líquido do Semestre	1.123	1.041	2.324	2.029		
Situação dos investimentos						
Participação	100%	100%	100%	100%		
Saldos no início do Semestre	25.385	24.258	20.500	15.976	45.885	40.234
Integralização Investimento	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos a Acionistas Minoritários	-	(975)	-	-	-	(975)
Equivalência patrimonial	1.123	1.041	2.324	2.029	3.447	3.070
Saldos no fim do Semestre	26.508	24.324	22.824	18.005	49.332	42.329

12 Imobilizado de uso

	Taxa anual de depreciação - %	2018		2017	
		Custo	Depreciação	Valor	Valor
			Acumulada	líquido	líquido
Terrenos	-	116	-	116	116
Infraestrutura	-	-	-	-	2.448
Edificações	4	5.423	(4.086)	1.337	1.556
Sistema de processamento de dados	17 - 40	18.588	(11.172)	7.416	4.843
Instalações	10	4.589	(1.934)	2.655	2.563
Móveis e equipamentos de uso	7 - 25	9.735	(6.731)	3.004	3.648
Sistema de comunicação	8 - 25	1.303	(1.043)	260	488
Sistema de transporte	20	515	(306)	209	299
Sistema de segurança	10 - 25	881	(212)	669	452
Total		41.150	(25.484)	15.666	16.413

13 Intangível

O intangível refere-se, principalmente, a gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano, no montante de R\$ 69.756 (R\$ 39.854 em 2017).

14 Captações

a. Depósitos

A composição dos depósitos por vencimento, em 30 de junho de 2018 e de 2017, está representada a seguir:

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

2018					
Prazos	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos	Total
Sem vencimento	219.446	-	-	30.437	249.883
Até 30 dias	-	22.685	-	-	22.685
De 31 a 60 dias	-	18.289	-	-	18.289
De 61 a 90 dias	-	11.253	-	-	11.253
De 91 a 180 dias	-	32.571	-	-	32.571
De 181 a 360 dias	-	112.949	-	-	112.949
Acima de 360 dias	-	586.213	88.790	-	675.003
Total	219.446	783.960	88.790	30.437	1.122.633
Circulante	219.446	197.747	-	30.437	447.630
Não circulante	-	586.213	88.790	-	675.003

2017					
Prazos	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Outros Depósitos	Total
Sem vencimento	172.399	-	-	20.370	192.769
Até 30 dias	-	15.174	-	-	15.174
De 31 a 60 dias	-	10.877	-	-	10.877
De 61 a 90 dias	-	20.522	-	-	20.522
De 91 a 180 dias	-	36.506	-	-	36.506
De 181 a 360 dias	-	52.386	-	-	52.386
Acima de 360 dias	-	537.123	42.200	-	579.323
Total	172.399	672.588	42.200	20.370	907.557
Circulante	172.399	135.465	-	20.370	328.234
Não circulante	-	537.123	42.200	-	579.323

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2018	2017
Recursos de Letras de Créditos Imobiliários	115.145	130.315
Recursos de Letras Financeiras	415.118	224.278
Total	530.263	354.593
Circulante	280.760	181.171
Não Circulante	249.503	173.422

c. Obrigações por repasses

No país

São representadas por repasses de recursos internos com encargos variáveis e acrescidos da respectiva TJLP no montante de R\$ 142.664 (R\$ 132.079 em 2017).

Em consonância a Medida Provisória nº 777/17, gradualmente a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para novos contratos junto ao BNDES será substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP).

15 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participações estatutárias nos lucros	9.845	9.539
Total	9.845	9.539
	<hr/>	<hr/>
Circulante	6.661	7.847
Não circulante	3.184	1.692

b. Fiscais e previdenciárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e contribuições a recolher (i) (ii)	36.654	12.773
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	4.278	11.483
Provisão para impostos e contribuições diferidos	1.977	-
Total	42.909	24.256
	<hr/>	<hr/>
Circulante	22.360	24.256
Não circulante	20.549	-

(i) Referem-se basicamente à tributos retidos relacionados a salários no montante de R\$ 6.483 (R\$ 6.002 em 2017), tributos sobre faturamento (ISS, Pis e Cofins) no montante de R\$ 2.462 (R\$ 2.416 em 2017) e a adesão ao parcelamento de tributos no montante de R\$ 22.491.

(ii) Em 2017 o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Receita Federal do Brasil pela Lei nº 13.496/17 em relação a débitos tributários e previdenciários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Os tributos deste refinanciamento, em 2017 estavam registrados em Provisão para Contingências e mediante à esta adesão passaram a configurar, em 2018 em Impostos e contribuições a recolher.

c. Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões	269.813	193.588
Provisão para contingências trabalhistas (nota 16 a)	15.776	13.772
Provisões para outras despesas administrativas	9.208	11.662
Provisão para contingências cíveis (nota 16 a)	4.473	4.864
Provisão para despesas com pessoal	12.198	10.585
Provisão para contingências Fiscais (nota 16 a)	8.550	47.508
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 19)	101	188

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

Cheques administrativos	42	139
Outras obrigações (i)	<u>6.630</u>	<u>4.879</u>
Total	<u>326.791</u>	<u>287.185</u>
Circulante	301.223	221.041
Não circulante	25.568	66.144

- (i) Em atendimento a Carta Circular nº 3.782/16, com vigência a partir de janeiro de 2017, foram efetuados registros no título Provisão para Garantias Prestadas, totalizando em 30 de junho de 2018 o montante de R\$ 20.

16 Passivos contingentes

O Banco é parte de vários processos judiciais conforme demonstrado abaixo:

a. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Obrigações legais	8.550	47.508
Contingências trabalhistas	15.776	13.772
Contingências cíveis	<u>4.473</u>	<u>4.864</u>
Total	<u>28.799</u>	<u>66.144</u>

- (i) Vide nota 15 b. (ii).

b. Movimentação das provisões passivas

	<u>2018</u>			
	<u>Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias (i)</u>	<u>Contingências trabalhistas</u>	<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Total (ii)</u>
Saldo no início do semestre	7.776	16.105	5.550	29.431
Movimentação refletida no resultado:				
Constituição (nota 28 b) (i)	170	1.628	1.016	2.814
Reversão (nota 28 a) (i)	-	(1.957)	(2.093)	(4.050)
Entradas	604	-	-	604
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>8.550</u>	<u>15.776</u>	<u>4.473</u>	<u>28.799</u>

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

2017				
	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Contingências Cíveis	Total
Saldo no início do semestre	40.890	14.795	4.934	60.619
Constituição (nota 28 b) (i)	7.245	1.484	1.658	10.387
Reversão (nota 28 (a))	-	(1.822)	(631)	(2.453)
Baixas	(627)	(685)	(1.097)	(2.409)
Saldo em 30 de junho de 2017	47.508	13.772	4.864	66.144

- (i) A constituição de Contingências Fiscais tem contrapartida em Despesas Tributárias (nota 27), Outras Despesas Operacionais (nota 28 b) e Ativo Fiscal Diferido (nota 17). O cronograma esperado de desembolso para as provisões está previsto em até 05 anos.

O detalhamento das obrigações legais e das contingências trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2018 e 2017, é o seguinte:

2018						
Perdas	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado
Prováveis	7.284	7.284	11.381	11.292	3.682	3.486
Possíveis	1.266	1.266	9.011	4.484	2.260	987
Total	8.550	8.550	20.392	15.776	5.942	4.473
Quantidade	16		178		2.360	

2017						
Perdas	Obrigações legais - contingências fiscais e previdenciárias		Contingências Trabalhistas		Contingências Cíveis	
	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado	Valor em risco	Valor Provisionado
Prováveis	41.691	41.691	10.268	10.268	665	613
Possíveis	5.817	5.817	7.065	3.504	4.460	4.251
Total	47.508	47.508	17.333	13.772	5.125	4.864
Quantidade	13		178		2.114	

Os processos judiciais e administrativos, que possuem provisões constituídas, têm como principais objetos:

Cíveis

- (i) Ações judiciais movidas por consumidores (contestação de restrição de crédito e de compras realizadas com cartão, não reconhecimento de adesão de cartão de crédito, etc.).

Trabalhistas

- (ii) Reclamatórias trabalhistas que discutem legalidade da relação de trabalho/emprego.

Tributárias

- (i) PIS: Emenda Constitucional nº 10/96;
- (ii) PIS/COFINS: Não incidência sobre TJLP;
- (iii) PIS/COFINS: Exclusão do ISS da base de cálculo.

Os principais processos com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como **possível**, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributárias

- (i) PIS: Discussões administrativas e judiciais que visam afastar a majoração da base de cálculo imposta pelo § 1º do Art. 3 da Lei 9.718/98. A instituição possui decisão transitada em julgado em 19 de dezembro de 2005. Contudo, contrariando a referida decisão, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia - MG não homologou as compensações e autuou a empresa. As cobranças são objeto de discussões administrativas e judiciais.
- (ii) ISS/Multas Municipais: Discussões judiciais e administrativas com municípios, em razão da exigência do tributo em localidades que não há estabelecimento prestador da instituição.

Os saldos das contingências fiscais e previdenciárias classificadas como possíveis totalizam R\$ 42.497 (R\$ 41.073 em 2017).

17 Imposto de renda e contribuição social

O Banco, com base em expectativa de resultados tributáveis futuros, constitui créditos tributários sobre diferenças temporárias, basicamente relativas a provisão para créditos de liquidação duvidosa, ajustes de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

- a. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas vigentes em 30 de junho de 2018 e 2017, estando assim compostos:

Ativo	2018	2017
Crédito tributário - Imposto de renda		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.463	36.654
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	5647	5.343
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	28	1
Sobre diferenças temporárias - outros	870	902
Sobre diferenças temporárias - prejuízo fiscal acumulado	1.058	-
Total sobre diferenças temporárias - Imposto de Renda	46.066	42.900
Crédito tributário - Contribuição social		
Sobre diferenças temporárias - provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.967	28.838
Sobre diferenças temporárias - provisões passivas	3.471	3.805
Sobre diferenças temporárias - marcação a mercado	22	1
Sobre diferenças temporárias - outros	305	-
Sobre diferenças temporárias - prejuízo fiscal acumulado	381	721
Total sobre diferenças temporárias - Contribuição social	33.146	33.365
Total classificado em outros créditos	79.212	76.265

- b. A movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias é a seguinte:

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	45.086	33.376	78.462	40.097	31.696	71.793
Constituição	23.393	18.191	41.584	22.279	20.071	42.350
Realização	(22.413)	(18.421)	(40.834)	(19.476)	(18.402)	(37.878)
Saldo final	46.066	32.146	79.212	42.900	33.365	76.265

- c. Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O cronograma de realização dos créditos tributários está apresentado a seguir:

<u>Ano</u>	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
	2018	2017
2017	-	51.315
2018	30.345	20.302
2019	36.398	2.289
2020	9.173	1.203
2021	1.757	1.156
2022	1.539	-
Total	79.212	76.265

Ressalta-se que sobre os ativos e passivos temporários previstos para serem realizados a partir de 2019 - conforme estabelecido na Lei 13.169/2015 - os créditos tributários referentes a Contribuição Social foram constituídos à alíquota de 15% (quinze pontos percentuais).

Em 30 de junho de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 72.769 (R\$ 69.589 em 2017).

Observou-se a realização de créditos tributários no Conglomerado no montante de R\$ 40.683 (R\$ 37.858 em 2017), correspondente a 200% (284% em 2017) da respectiva projeção de utilização para o período de 2018, que constava no estudo técnico elaborado em 30 de junho de 2017.

- d. Os encargos com imposto de renda e contribuição social, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, estão assim demonstrados:

	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	39.797	39.797	64.407	64.407
Participações estatutárias no lucro	(8.764)	(8.764)	(9.150)	(9.150)
Juros sobre capital próprio	(15.130)	(15.130)	(15.699)	(15.699)
Resultado antes dos tributos	15.903	15.903	39.558	39.558
(+) Adições	89.645	89.642	90.580	90.580
Adições Temporárias	89.226	89.226	89.091	89.091
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	-	975	975
Adições Permanentes	419	416	514	514
(-) Exclusões	93.097	93.097	96.860	96.860
Realizações Temporárias	89.650	89.650	93.790	93.790
Receita de Equivalência Patrimonial	3.447	3.447	3.070	3.070
(=) Lucro Real / Base positiva IRPJ e CSLL	12.451	12.448	33.278	33.278

Despesa Corrente de IRPJ e CSLL	(4.045)	(2.563)	(8.016)	(5.863)
Ativo Fiscal Diferido	953	(253)	(1.148)	(1.492)
	(3.092)	(2.816)	(9.164)	(7.355)
(=) IRPJ e CSLL Debitado ao Resultado	(3.092)	(2.816)	(9.164)	(7.355)

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 285.293, constituído por 224.737.712 (252.537.712 em 2017) ações nominativas ordinárias, sem valor nominal).

Em Assembléia Geral Extraordinária de 15 de maio de 2018 foi aprovada a recompra de 27.800.000 (vinte e sete milhões e oitocentas mil) ações ordinárias nominativas detidas pelo acionista International Finance Corporation, de emissão do Tribanco, pelo valor patrimonial de R\$ 1,911367112 por ação, totalizando assim a quantia de R\$ 53.136.

Em Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2017 foram canceladas as 25.462.288 ações que totalizavam a quantia de R\$ 33.736, sem redução do valor do capital social.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 15.130 (R\$ 15.699 em 2017), pagos mensalmente, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do período e estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

e. Ajustes de Avaliação Patrimonial

Os Ajustes de Avaliação Patrimonial referem-se, substancialmente a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (conforme nota 6).

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Efeitos Tributários</u>	<u>Saldo Final</u>
Títulos disponíveis para Venda	-	(6)	2	(4)
Hedge de Fluxo de Caixa	-	4.283	(1.927)	2.356
Total	-	4.277	(1.925)	2.352

19 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução 3.750/09 do CMN e foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazo de vencimento e taxas de remuneração pactuadas e são as seguintes:

	Natureza de Relacionamento	Valores a receber	Captações	Outras Obrigações	2018		
					Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
Acionistas	Relacionada	-	3.688	-	(100)	-	-
Subtotal		-	3.688	-	(100)	-	-
Administradores e Conselho	Relacionada	-	121.348	-	(2.331)	-	-
Subtotal		-	121.348	-	(2.331)	-	-
Empresas							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	5.509	-	(214)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	1.869	-	(51)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	89	4.910	101	(1.012)	47	(284)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	1.562	-	(111)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	7.438	-	(249)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	-	42.423	-	(1.395)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	134	2.452	-	(120)	1.286	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	25.345	-	(838)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	96	22.697	-	(727)	522	-
Demais ligadas	Relacionada	-	24.070	-	(750)	-	-
Subtotal		319	138.275	101	(5.467)	1.855	(284)
Pessoas Físicas Ligadas	Relacionada	-	47.917	-	(1.581)	-	-
Subtotal		-	47.917	-	(1.581)	-	-
Total		319	311.228	101	(9.479)	1.855	(284)

2017

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

	Natureza de Relacionamento	Valores a		Outras Obrigações	Despesa de Captação	Outras Receitas	Outras Despesas
		receber	Captações				
ACIONISTAS	Relacionada	-	11.314	-	(665)	-	-
Subtotal		-	11.314	-	(665)	-	-
ADMINISTRADORES E CONSELHO	Relacionada	-	56.048	-	(3.224)	-	-
Subtotal		-	56.048	-	(3.224)	-	-
EMPRESAS							
Almart Administração e Part. S.A.	Relacionada	-	4.561	-	(242)	-	-
Farma Service Distribuidora Ltda.	Relacionada	-	2.103	-	(293)	-	-
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A	Relacionada	5	66.814	188	(6.421)	27	(61)
Martins Integração Logística Ltda.	Relacionada	-	5.902	-	(349)	-	-
Martins Participações Ltda.	Relacionada	-	3.313	-	(512)	-	-
Repom S.A.	Relacionada	-	24.333	-	(1.905)	-	-
SIM Serviços de TI e Intermediação Ltda.	Relacionada	65	4.183	-	(367)	389	-
Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Controlada	-	24.040	-	(1.429)	-	-
Tribanco Corretora de Seguros S.A	Controlada	59	18.779	-	(1.010)	480	-
Tricard Participações Ltda.	Relacionada	-	1.853	-	(12)	-	-
Demais ligadas	Relacionada	-	38.801	-	(2.604)	-	-
Subtotal		129	194.682	188	(15.144)	896	(61)
PESSOAS FÍSICAS LIGADAS	Relacionada	-	67.109	-	(3.473)	-	-
Subtotal		-	67.109	-	(3.473)	-	-
Total		129	329.153	188	(22.506)	896	(61)

A remuneração global dos Administradores para o exercício de 2018 foi prevista conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2018, entre fixo e variável totalizando o montante de R\$ 23.137 (R\$ 16.482 em 2017), que inclui salários, encargos e benefícios.

Segundo o CPC 5, o qual prevê as formas de remuneração a empregados chaves da Administração e Administradores como parte diretamente relacionada, a despesa no período foi de R\$ 5.468 (R\$ 3.445 em 2017), como benefício de curto prazo relacionado a honorários, bônus e encargos diretos. Não estão previstas outras formas de remuneração como benefícios de longo prazo, remuneração baseada em ações ou instrumentos financeiros.

20 Rendas de operações de crédito

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e títulos descontados	189.157	191.743
Financiamentos	21.468	26.588
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	8.461	8.115
Antecipação de recebíveis	6.514	5.572
Adiantamentos a depositantes	2.076	1.517
Total	<u>227.676</u>	<u>233.535</u>

21 Rendas de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações Compromissadas	15.548	23.534
Depósitos Interfinanceiros	2.094	2.314
Títulos e Valores Mobiliários	<u>3.363</u>	<u>4.717</u>
Total	<u>21.005</u>	<u>30.565</u>

22 Despesas de operações de captações no mercado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos a prazo	24.049	39.396
Letras Financeiras - LF	13.094	16.566
Letras de crédito Imobiliário - LCI	2.943	6.537
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	829	787
Depósitos Interfinanceiros	3.071	209
Operações compromissadas	<u>18</u>	<u>66</u>
Total	<u>44.004</u>	<u>63.561</u>

23 Receitas de prestação de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de taxa de administração	27.717	23.434
Serviço Correspondente bancário	5.819	6.966
Tarifa Interbancária	5.080	5.777
Intercâmbio Cartões	1.805	1.593
Outras	<u>3.014</u>	<u>1.772</u>
Total	<u>43.435</u>	<u>39.542</u>

24 Rendas de tarifas bancárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tarifa - Cartões	33.944	27.656
Manutenção de Contas	7.632	6.984
Transferências de Recursos	3.166	2.667
Cadastro	673	615
Liberação de Crédito	5.741	5.754
Outras	<u>3.158</u>	<u>3.628</u>
Total	<u>54.314</u>	<u>47.304</u>

25 Despesas com pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	42.022	38.286
Encargos Sociais	18.370	15.865
Benefícios	10.587	9.050
Honorários	5.858	3.764
Treinamento	2.149	1.734
Estagiários	<u>205</u>	<u>184</u>
Total	<u>79.191</u>	<u>68.883</u>

26 Outras despesas administrativas

Banco Triângulo S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2018 e 2017

	2018	2017
Serviços de terceiros	33.351	29.868
Comunicações	13.122	10.944
Serviços do sistema financeiro	8.518	7.025
Depreciação e amortização	5.398	4.372
Processamento de dados	5.584	4.135
Serviços técnicos especializados	4.003	2.480
Transporte	3.464	3.147
Promoções e relações públicas	3.240	1.616
Viagens no País	2.126	1.663
Manutenção e conservação de bens	1.196	969
Propaganda e publicidade	1.019	302
Aluguéis	1.280	1.082
Contribuições filantrópicas	311	418
Outras	6.789	5.934
Total	89.401	73.955

27 Despesas Tributárias

	2018	2017
Cofins	13.024	12.304
ISS	2.884	2.717
Pis	2.236	2.104
Outras	210	207
Total	18.354	17.332

28 Outras receitas e outras despesas operacionais

a. Outras receitas operacionais

	2018	2017
Reembolso despesas cobrança	8.314	7.523
Mensalidade cartões	4.652	4.132
Varição monetária ativa	128	504
Rendas Visa Vale Pedágio	2.032	1.725
Atualização depósitos judiciais	88	203
Contingências cíveis (i)	2.093	631
Contingências trabalhistas (i)	1.957	1.822
Outras rendas operacionais	121	1.335
Total	19.385	17.875

b. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Provisão nas contingências cíveis (i)	1.016	1.658
Perdas em ações cíveis	1.297	-
Provisão nas contingências trabalhistas (i)	1.628	1.484
Perdas em ações trabalhistas	923	-
Perdas na carteira de cartões	1.911	1.368
Multas, juros e acréscimos fiscais	52	2
Despesas operacionais bandeira	1.075	417
Despesas bens retomados	293	247
Provisão para contingências fiscais (i)	24	127
Outras variações monetárias passivas	38	1.728
Outras	338	680
Total	8.595	7.711

(i) Vide nota explicativa 16 b.

29 Benefícios a empregados

O Banco Triângulo é co-patrocinador do Plano de benefícios MartinsPrev, entidade fechada de previdência complementar, que oferece benefício de aposentadoria antecipada ou normal (por tempo de contribuição) e benefícios de risco (invalidez ou pensão por morte).

O MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadoria Antecipada ou Normal) e de benefício definido para os benefícios de risco (invalidez e pensão por morte).

Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a entidade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais, no caso dos benefícios previstos na modalidade de contribuição definida. Existe um déficit equacionado decorrente de benefícios já concedidos na modalidade de benefício definido (situação anterior a revisão de regulamento realizada em 29/10/2008) no montante de R\$ 640, reconhecido no balanço patrimonial, para o qual o Banco realizou contribuição de 0,15% da folha dos participantes; este percentual é definido na avaliação atuarial anual. No caso dos benefícios de risco existe um convênio de repasse de risco firmado entre o Fundo Administrador e a entidade.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

O Banco concede ainda os benefícios de Assistência Médica, Auxílio Refeição e Cesta Alimentação, Auxílio Creche ou Babá, Convênio para Assistência Odontológica e Convênio Farmácia para aquisição de medicamentos.

O empregado dispensado sem justa causa possui a extensão do benefício assistência médica, por um período de 60 dias a 270 dias, conforme tabela por tempo de empresa previsto na convenção coletiva de trabalho.

Durante o semestre o montante de contribuições do Conglomerado junto ao Fundo Administrador atingiu R\$1.296 (R\$1.441 em 2017).

30 Outras informações

a. Índice de Basileia

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/13 e n.º 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. Dentro deste contexto regulamentar, o Banco encontra-se enquadrado em relação ao mínimo exigido de 10,5%, sendo 8,625% de Patrimônio de Referência em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco e 1,875% do Adicional de Capital. O Índice de Basileia em junho de 2018 foi de 12,93% (17,83% em 2017).

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrimônio de Referência Nível I	355.856	432.595
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.752.357	2.426.576
RWACPAD	1.782.512	1.591.058
RWAOPAD	969.845	835.518
RBAN	6.524	11.797
Índice de Basileia (%)	12,93	17,83
Capital Nível I (%)	12,93	17,83
Capital Principal (%)	12,93	17,83

b. Avais e Fianças

Os avais e fianças concedidos totalizam R\$3.258 em 30 de junho de 2018 (R\$7.745 em 2017).

Conselho de Administração

Juscelino Fernandes Martins - Presidente
José Antônio Rossi Salles - Conselheiro
Ricardo Jabor Canizio - Conselheiro
Francisco Mesquita Neto - Conselheiro
João Ayres Rabello Filho - Conselheiro
Marcos Matioli de Souza Vieira - Conselheiro

Diretoria

Edson Georges Nassar - Presidente José
Mario Garcia Cury - Diretor Marco
Túlio da Silva - Diretor Janderson de
Miranda Facchin - Diretor Luiz
Henrique das Neves - Diretor Carlos
Eduardo Magni - Diretor Roberto César
Durscki - Diretor

Contador

Eurides Nunes da Silva Júnior
CRC - 1SP 258595/O-5 "S" MG